



**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R A



S E C R E T A R I A D E  
C U L T U R A

INFORMAÇÃO	
<b>Processo</b>	28764/2025
<b>Data:</b>	22/01/2026
<b>De:</b>	Secretaria de Cultura, Secretaria de Turismo e Secretaria de Esporte e Lazer
<b>Assunto:</b>	Análise e Manifestação - Pregão eletrônico nº 90153/2025

Trata-se de processo administrativo para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de **Locação de telão de led, transmissão simultânea para telão e Video Jocker - VJ para eventos**, para atender as necessidades da Secretaria de Cultura, Secretaria de Turismo e da Secretaria de Esporte e Lazer pelo período de 1 (um) ano.

#### I - DA ANÁLISE:

Em atendimento à solicitação do Pregoeiro da Comissão Permanente de Pregão III, conforme diligência acostada aos autos, foi requerida, por cautela administrativa, à empresa **YOLO PRODUÇÕES LTDA**, a apresentação de planilha detalhada de composição de custos unitários, com fundamento no art. 59, §2º, da Lei nº 14.133/2021, com o objetivo de verificar a exequibilidade da proposta, atualmente classificada em primeiro lugar, especialmente quanto ao Item 01.

Tal providência está em consonância com o entendimento consolidado do Tribunal de Contas da União, no sentido de que, antes da desclassificação de proposta por suposta inexecuibilidade, deve ser oportunizada ao licitante a comprovação de sua viabilidade econômico-financeira.

A empresa apresentou a planilha de custos de forma clara, objetiva e tecnicamente fundamentada, bem como manifestação formal quanto à viabilidade econômica e financeira de sua proposta, atendendo aos princípios da economicidade, eficiência e competitividade, previstos no art. 11, incisos I, II e IV, da Lei nº 14.133/2021.

Da análise pormenorizada dos documentos apresentados, constatou-se que os custos do serviço concentram-se essencialmente em logística, mão de obra e depreciação, tendo em vista que a empresa declara ser proprietária dos equipamentos e sistemas necessários à execução do objeto, inexistindo custos de locação ou aquisição de bens junto a terceiros.

Ademais, em sua manifestação, a empresa esclarece que:

Assinado digitalmente. Acesse:

<https://gpi18.cloud.el.com.br/ServerExec/acessoBase/?idPortal=008D9DCE8EF2707B45F47C2AD10B38E2&idFunc=B5B41FAC0361D157D9673ECB926AF5AE> Chave: 2e2eec9f-8efd-46c5-bf58-64822bdc1c0f  
Documento Digital Nº 011462/2026





**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R A



S E C R E T A R I A D E  
C U L T U R A

*“(...) Em contrapartida, esta Licitante opera sob a lógica da verticalização de ativos. Sendo proprietária dos painéis de LED e dos equipamentos de transmissão, o custo marginal de execução do serviço para esta empresa resume-se à logística, mão de obra e depreciação residual do ativo imobilizado. Inexiste, portanto, o custo de aquisição ou aluguel do equipamento principal na composição do preço unitário, permitindo uma redução significativa no valor final sem comprometer a margem de contribuição ou a qualidade da entrega (...)”.*

Tal argumentação encontra respaldo no art. 11, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, que veda restrições indevidas à competitividade, bem como no art. 5º, que impõe à Administração Pública o dever de observar os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e segurança jurídica.

A empresa apresentou pesquisa informal de preços relativa a contratações similares realizadas por outros entes públicos, demonstrando que os valores praticados em mercado podem ser inferiores aos ofertados neste certame, reforçando que o preço apresentado não se caracteriza como anormalmente baixo, em consonância com o art. 23, caput, da Lei nº 14.133/2021.

Nesse ponto, o TCU possui entendimento pacífico de que a simples existência de preços inferiores aos praticados por outros licitantes não configura, por si só, inexecutabilidade, sendo legítima a apresentação de propostas mais vantajosas quando decorrentes de modelo de negócio próprio, ganho de escala ou verticalização de ativos, conforme assentado nos Acórdãos nº 1.214/2013-Plenário, nº 2.036/2018-Plenário e nº 1.825/2017-Plenário.

Cumprido destacar que a declaração de inexecutabilidade exige prova técnica objetiva, não sendo admissível sua fundamentação em presunções ou juízos subjetivos da Administração, o que se harmoniza com o disposto no art. 59, inciso III, da Lei nº 14.133/2021.

No caso concreto, a empresa demonstrou possuir estrutura operacional compatível com o objeto licitado, apresentando contratos com profissionais legalmente habilitados para emissão de ART, bem como relação detalhada dos equipamentos disponíveis, atendendo às exigências de capacidade técnica-operacional, nos termos do art. 67 da Lei nº 14.133/2021.

Adicionalmente, a empresa apresentou referências comparativas de preços praticados em outros certames públicos, demonstrando a compatibilidade do valor ofertado com o mercado, em consonância com o entendimento do TCU de que a análise de preços deve considerar parâmetros reais de mercado e contratações similares, conforme disposto nos Acórdãos nº 1.182/2019-Plenário e nº 2.816/2014-Plenário.





**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R A



S E C R E T A R I A D E  
C U L T U R A

Dessa forma, considerando a realização de diligência formal, a comprovação objetiva da viabilidade da proposta, a ausência de elementos técnicos que comprovem inexecutabilidade e a observância dos princípios da economicidade, eficiência e vantajosidade, não se identificam fundamentos técnicos ou jurídicos suficientes para a desclassificação da proposta apresentada pela empresa YOLO PRODUÇÕES LTDA, sob pena de violação aos princípios da competitividade, isonomia e segurança jurídica, nos termos do art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

Ressalta-se, por fim, que eventual descumprimento contratual sujeitará a empresa às sanções previstas nos arts. 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021, gerando a responsabilização posterior do contratado.

## ***II – DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS***

Diante da análise dos documentos apresentados, conclui-se que:

- A empresa **YOLO PRODUÇÕES LTDA** atendeu integralmente à diligência formulada, comprovando sua capacidade técnica, operacional e econômico-financeira, em consonância com os arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021 e com o entendimento consolidado do TCU.

Pelo exposto, **as Secretarias Requisitantes não vislumbram óbices à habilitação da empresa provisoriamente vencedora**, razão pela qual solicitam o regular prosseguimento do processo, com vistas à habilitação e adjudicação, nos termos do art. 71 da Lei nº 14.133/2021, e à posterior formalização da Ata de Registro de Preços, conforme art. 82, possibilitando o início da execução contratual com a maior brevidade possível.

É o que cumpre informar.

**Atenciosamente,**

**Daniel Figueira de Assis**  
Secretário de Cultura  
Matr.:63.081

**Kamila Mouza Santiago da Cunha**  
Secretária de Turismo  
Matr.: 63.093

**João Victor de Carvalho Duarte**  
Secretário de Esporte e Lazer  
Matr.: 63733

Assinado digitalmente. Acesse:

<https://gpi18.cloud.el.com.br/ServerExec/acessoBase/?idPortal=008D9DCE8EF2707B45F47C2AD10B38E2&idFunc=B5B41FAC0361D157D9673ECB926AF5AE> Chave: 2e2eec9f-8efd-46c5-bf58-64822bdc1c0f  
Documento Digital Nº 011462/2026

